

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRODE 2014

(Em milhares de reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Siderúrgica J.L. Aliperti S/A. ("Companhia") e suas controladas atuam preponderante na siderurgia, além da indústria e comércio de molas para veículos e outros produtos derivados do aço, a implantação, a importação de produtos siderúrgicos e matérias-primas. A controlada S/A Agro Industrial Eldorado atua no segmento do agronegócio tendo como atividade principal o plantio, cultivo, colheita e comercialização de grãos de soja, milho e outros grãos, da cana-de-açúcar em parceria com terceiros, da agropecuária bovina e do arrendamento de terras para a produção de eucalipto. A controlada RMCA atua no segmento de incorporação e planejamento de imóveis destinados à comercialização.

NOTA 2 - BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pelas Leis n.ºs. 11.638/07 e n.º 11.941/09, as normas brasileiras de contabilidade e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, exigidos para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, e em observância as normas e instruções regulamentares, emanadas da Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas coligadas: S/A Agro Industrial Eldorado (99,98338%), Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. (99,7816%) e RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. (98,0000%).

Conforme exposto nesta nota, as demonstrações financeiras individuais da Companhia não convergem em sua totalidade com as IFRS, tendo em vista o resultado da participação nas empresas controladas, reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, sendo que nas práticas internacionais, é pelo custo do investimento realizado.

As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração no dia 24 de março de 2015.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que estão registrados pelo seu valor justo, conforme descritos nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.



d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas 7 e 12.

e) Balanço comparativo reclassificado

As demonstrações financeiras são apresentadas comparativamente com o exercício anterior (2013). A Companhia revisou a divulgação de suas demonstrações contábeis e identificou uma apresentação e classificação dessas demonstrações mais apropriadas, tendo em visa os critérios para a seleção e aplicação de políticas contábeis contidos na NBC T 19.11, de forma que o exercício anterior (2013) apresenta-se reclassificado. Tal reclassificação não provocou qualquer modificação na situação econômica da Companhia já divulgada anteriormente.

Foram as seguintes as reclassificações:

	2013 Con	troladora	2013 Consolidado	
	Reclassif.	Publicado	Reclassif.	Publicado
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.562	299	36.383	560
Aplicações Financeiras	-	17.263		35.823
Ativo Circulante - Adiant. p/Investimento em Controlada	-	9.575		-
Ativo Circulante - Investimento - Orçamento de Capital	-	27.356		-
Realizável a longo prazo - Créditos de Controladas	36.931		-	
Realizável a longo prazo - Cauções e Depósitos		3.934		5.288
Realizável a longo prazo - Outros Créditos		17.957		17.988
Realizável a longo prazo - Ativos Contingentes	21.891		23.276	
Passivo Circulante - Salários e Ordenados		193		338
Passivo Circulante - Provisão para Férias		567		990
Passivo Circulante - Impostos e Contribuição Social		955		5.379
Passivo Circulante - Salários e Contribuições	1.013		1.918	
Passivo Circulante - Impostos a Recolher	702		4.789	
Passivo Circulante - Provisão e Indenização Trabalhista		1.670		1.670
Passivo Circulante - Provisão Processo Civil		550		550
Exigível a longo Prazo – Provisões	2.220		2.220	
Passivo Circulante – Financiamentos	278	41.115	462	41.644
Passivo Não Circulante - Financiamentos	40.837		41.182	
TOTAL DAS RECLASSIFICAÇÕES	121.434	121.434	110.230	110.230



NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia designou ativo financeiro de valor não significativo a valor justo por meio do patrimônio líquido no reconhecimento inicial, que foi realizado no presente exercício e baixado do patrimônio líquido.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

São classificados como ativos financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.



A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber dos clientes e os créditos com fornecedores, controladas e instituições financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, bem como suas controladas, não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

b) Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Controlada S/A Agro Industrial Eldorado correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja, milho e cana-de-açúcar, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Enquanto há apenas uma pequena transformação biológica e não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, denominada "modificação no valor justo dos ativos biológicos".

Os ativos biológicos: soja e milho são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo deduzidos dos custos estimados de venda. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa e o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

c) Investimentos

São reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, sobre o valor do patrimônio líquido contábil das sociedades controladas, conforme participação acionária da Companhia.



d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, as terras e propriedades são avaliadas ao seu valor venal, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outros resultados.

Custos subsequentes:

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação:

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos e propriedades não são depreciados.

A vida útil econômica e o valor residual dos bens somente são revisadas, se ocorrerem evidências externas ou internas que possam comprometer a vida útil e econômica do bem, o que poderá exigir, dependendo das circunstâncias, um teste de recuperabilidade.

e) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem marcas, direitos e patentes e software. Os seguintes critérios são aplicados:

Ativos intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Encontram-se ainda registrados neste grupo de contas, saldos reclassificados do ativo imobilizado que se referem a direitos de uso de software remanescentes de aquisições anteriores ao exercício de 2008.

f) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação anual para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



Ativos financeiros - Recebíveis: A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo.

Todos os recebíveis e individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor de realização dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros - Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, com o objetivo de identificar perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo.

g) Provisões e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, as quais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Demais ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado quando existe efetivamente a transmissão de posse ao cliente. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.



Adiantamentos

Valores adiantados a fornecedores e prestadores de serviços por conta de entrega futura de produtos ou serviços à Companhia e adiantamentos a funcionários.

Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, inferiores ao custo de reposição e realização. O custo do estoque está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição, transportes e armazenagens dos estoques. No caso dos estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, baseadas na capacidade normal de operação.

Transações financeiras com controladas

As transações financeiras entre a Companhia e suas controladas são classificadas no ativo não circulante e são demonstradas pelos valores conhecidos.

i) Demais passivo circulante e não circulante Fornecedores

Os fornecedores são registrados e mantidos no balanço pelo valor presente.

Salários e contribuições

Corresponde aos valores devidos aos funcionários e os respectivos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda à alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 9% são calculados sobre o resultado apurado em operações da Companhia, de acordo com o regime do lucro real. Os impostos diferidos são decorrentes de reavaliação e ajustes de avaliação patrimonial.

j) Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social está dividido em 62.500 ações ordinárias nominativas e 123.455 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Direito das Ações

Em conformidade com o estatuto, legislação societária e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários — CVM, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados dividendos de 10% (dez por cento) superiores aos das ações ordinárias e prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da Companhia.

Uma vez absorvidos os prejuízos acumulados, eventualmente existentes, será atribuído aos acionistas em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

Ações em Tesouraria

A Companhia possui em tesouraria, na data do balanço, 3.800 (três mil e oitocentas) ações preferenciais, resultantes de aquisição em leilão público, realizado em 07/02/2002, com preço médio de R\$ 141,76 (cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) por ação.



Reservas de Reavaliação

A reserva de reavaliação dos terrenos e propriedades rurais próprias foi constituída em datas anteriores a promulgação da Lei nº. 11.638/2007, que a Companhia pretende manter até sua realização por uso ou venda. Os saldos do imobilizado, registrados nas rubricas Terrenos e Propriedades rurais são os mesmos representados nas contas de Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido. O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos foram contabilizados no Passivo não Circulante.

k) Receitas de vendas, serviços e arrendamentos

Receita de vendas de mercadorias, serviços e arrendamentos: As receitas operacionais de venda de mercadorias, dos serviços prestados e dos arrendamentos no curso normal das atividades são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

As receitas operacionais são reconhecidas quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias e dos serviços foram transferidos para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias e os serviços vendidos e de que o valor das receitas operacionais possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das vendas, dos contratos de prestação de serviços e arrendamentos.

Receita e despesa financeira: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e com juros e atualização monetária de empréstimos, financiamentos e outras obrigações.

l) Benefícios concedidos a empregados

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados: assistência médica, vale alimentação, transporte e auxílio educação.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego com seus empregados.

m) Apuração do resultado

Os resultados são apurados pelo regime de competência de exercício por atividade, segregando as operações, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A receita liquida e os custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados são apurados pelo efetivo valor das transações realizadas com clientes. As receitas das vendas e os custos de mercadorias são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes às mercadorias são transferidos ao comprador. As receitas das prestações de serviços são reconhecidas no resultado em função de sua realização.



NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	oladora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
Caixa	193	227	264	405	
Bancos conta movimento	78	72	856	155	
Títulos mantidos para negociação	3.905	17.263	38.336	35.823	
Totais	4.176	17.562	39.456	36.383	

Títulos mantidos para negociação são aplicações financeiras que se referem substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDBs), Renda Fixa e Fundos de Investimentos, remunerados em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados em bancos de primeira linha.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro estavam assim compostas:

					Controladora		Consolidado	
INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	QUANT. QUOTAS	2014 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)	2014 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)
			Pós					
J.P. Morgan	Italy FAQ	Indeterminado	determinada	4.344,85129	3.588	15.146	3.588	15.146

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	VALOR APLICADO	2014 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	2013 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	<u>2014</u> (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)
	Mercado							
Diversos	Ações	Indeterminado	Variável	1	-	979	-	979
Bco Bradesco			Min. 98,5%					
S/A	CDB	2013	a.m	-	-	-	-	386
Bco Bradesco	Invest							
S/A		-	-	-	-	-	336	47
Bco Bradesco	FIC							
S/A		-	-	315	317	1.138	20.942	14.650
Banco Itaú S/A	CDB	-	-	-	-	-	3	47
Banco Itaú S/A	Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	1.293
Banco Itaú S/A	Debêntures	-	-	-	-	-	3.230	542
	Fundos de							
BTG Pactual	Investimento	-	-	-	-	-	10.237	2.733
				_				
Totais		-	-	•	3.905	17.263	38.336	35.823

De acordo com o disposto no art. 2º, parágrafo 1º, inciso "A" da Instrução CVM nº. 235, os valores indicados representam disponibilidades da Companhia, atualizados a valores de mercado até 31.12.2014.



NOTA 5 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Contr	oladora	Consolidado	
<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2014</u> <u>2013</u>		<u>2013</u>
Advogados	4.594	637	4.694	737
Serviços	674	2.594	674	2.594
Outros	91	91	1.021	1.428
Totais	5.359	3.322	6.389	4.759

Os adiantamentos a advogados decorrem basicamente de contratos que contém cláusulas de êxito no final das ações de polo ativo e passivo contingentes.

NOTA 6 - ESTOQUES

	Control	adora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	2014	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
Produtos Acabados	1.859	2.155	9.273	9.042	
Matérias-Primas	751	798	751	798	
Materiais Intermediários	230	230	230	230	
Rebanho de Animais	-	-	675	839	
Materiais de Consumo	-	1	2.953	2.823	
Grãos (Produção Própria)	-	1	7.715	4.082	
Grãos (Andamento/Elaboração)	-	1	12.930	14.853	
Ativos Biológicos	-	1	1.271	1.909	
Outros	66	66	66	66	
Totais	2.906	3.249	35.864	34.642	

a) Produtos industriais

Os estoques de produtos acabados, matérias-primas e outros materiais da Companhia e suas controladas não excedem seu valor recuperável, não havendo necessidade de provisão para desvalorização a mercado ou, ainda, para obsolescência.

b) Rebanhos, produtos agrícolas e ativos biológicos

Os estoques de rebanhos, produtos agrícolas e ativos biológicos da controlada S.A. Agro Industrial Eldorado, encontram-se avaliados conforme descrito a seguir:

A avaliação dos rebanhos de animais por seu valor justo considera o preço praticado nos mercados onde encontra-se o rebanho.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. Para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos são utilizadas as seguintes premissas:



i. Valorização:

Plantações de soja e milho: são mantidas ao custo histórico até a data da pré-colheita, quando são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda.

ii. Metodologia utilizada:

Plantações de soja, milho: valorização de cada área de cultivo, nas datas da pré-colheita, com base na área a ser colhida e na produtividade esperada;

iii. Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Empresa em vendas para terceiros;

iv. Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

A aplicação da metodologia utilizada em 31 de dezembro de 2014 resultou:

	Milho	Soja	
	Minas Gerais	Minas Gerais	Total
Área (em hectares)	1.112,35	2.417,94	3.530,29
Produção esperada	185,41	53,46	238,87
Total de sacas	206.243	129.257	335.500
Preço de venda por saca (R\$)	25,92	57,50	-
Receita total	5.345	7.432	12.777
Custos futuros a incorrer	(617)	(2.651)	(3.268)
Armazenagem	(125)	(376)	(501)
Resultado esperado	4.603	4.405	9.008
Custo de formação da cultura	(3.375)	(3.722)	(7.097)
Impostos incidentes	(341)	(473)	(814)
Avaliação do ativo biológico	887	210	1.097

NOTA 7 - ATIVOS CONTINGENTES

	Cont	roladora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
(a) Antecipação de Refis	683	1	683	1	
(b) Crédito Fiscal - Esfera Federal	9.175	9.175	9.175	9.175	
(c) Ação Cível - Banco ABN Amro	6.000	6.000	6.000	6.000	
(d) Títulos da Dívida Pública	974	974	1.757	1.757	
(e) Ação Cível - Banco Rural	1.807	1.807	1.807	1.807	
(f) Depósitos Judiciais	4.038	3.935	5.435	5.320	
Totais	22.677	21.891	24.857	24.059	



- (a) A Companhia, no exercício de 2014, aderiu aos parcelamentos do Refis previsto nas Leis 11.941/09 e 12.996/14 e efetuou recolhimentos por conta destes parcelamentos, enquanto aguarda a consolidação dos débitos e o valor das prestações a serem definidos pela Receita Federal do Brasil;
- (b) Direito praticamente certo decorrente de crédito fiscal estimado oriundo da decisão favorável na Justiça Federal, 6ª Vara Federal de São Paulo Processo 00741077-8;
- (c) Direito praticamente certo proveniente de sentença judicial em favor da Companhia, transitada em julgado, no exercício de 2009 e reconhecido naquele exercício, decorrente de ação cível movida contra o Banco ABN AmroBank;
- (d) A Companhia e sua controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. adquiriram apólice de títulos públicos Federal e do Estado de São Paulo que utilizava para compensar débitos de natureza fiscais.
- (e) Direito praticamente certo decorrente de Termo de Penhora 0021925-37.1998.403.6100, decorrente de ação contra o Banco Rural S/A;
- (f) Visa garantir as ações em que a Companhia é parte integrante. Em 31 de dezembro de 2014 estava assim composto:

	Control	ladora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	2014	2013	2014	2013	
(g) Bloqueio Judicial	1.188	1.137	2.025	1.974	
Depósito Judicial Trabalhista	242	213	454	425	
(h) Depósito Judicial – Outros	2.608	2.585	2.956	2.921	
Totais	4.038	3.935	5.435	5.320	

- g) Em 12 de julho de 2011, a empresa sofreu um bloqueio judicial de R\$ 493 mil diretamente em conta, decorrente do Processo de Execução nº. 2009.61.82.043711-0 movido pela Fazenda Nacional, em montante atualizado (até 2010) de R\$ 9.441 mil, sendo que no dia 08 de agosto de 2011, o Departamento jurídico da Companhia ingressou com defesa, tendo em vista a prescrição da referida ação e aguarda a decisão do Tribunal pertinente para reversão (ressarcimento) do montante, sendo a probabilidade de perda remota, no processo em questão.
- h) Referente a depósitos para ações cíveis efetuados em exercícios anteriores, onde a companhia aguarda decisão da justiça para os processos discutidos judicialmente.

OUTROS ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia obteve decisão favorável em demanda contra a Fazenda Nacional para ressarcimento de créditos oriundos de incentivos fiscais — Crédito Prêmio de IPI - no período de 1979 a 1981. O Tribunal Regional Federal da Terceira Região decidiu por unanimidade dar provimento à apelação. Os valores dos créditos legítimos ainda estão em discussão com a União Federal, através de seus assessores Jurídicos.

A Companhia utilizou tais créditos para compensação de impostos devidos de IPI, PIS, Cofins, IRPJ e CSLL, apurados no período de 2010 a 2014 que totalizaram R\$ 14.412 mil. A partir dos pedidos de parcelamentos de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, no exercício de 2014, a Companhia interrompeu a compensação de créditos.



A Companhia aguarda decisão da discussão dos valores dos créditos legítimos para utilização como abatimento nos pedidos de parcelamentos de débitos protocolizados em 2014.

NOTA 8 – CRÉDITOS DE CONTROLADAS

Visa o reforço de capital circulante e o atendimento a novos investimentos da Companhia em suas controladas. Em 31 de dezembro os saldos eram:

<u>Descrição</u>	2014	2013
(a) S/A Agro Industrial Eldorado	23.356	27.356
(b) RMCA Incorporação e Planejamento Ltda.	16.067	4.874
(b) Controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda	7.141	4.701
Totais	46.564	36.931

- (a) Refere-se a Adiantamento para Investimento de Capital aprovado em AGE, cujos investimentos foram realizados no setor de agronegócio. A Assembléia Geral decidirá pela aprovação da capitalização deste saldo ou pelo ressarcimento
- (b) Há perspectivas de nos próximos exercícios dos montantes serem integralizados ao capital social das controladas, caso contrário, será ressarcido.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

	Contro	oladora	Consolidado		
	<u>2014</u>	<u> 2013</u>	<u> 2014</u>	<u> 2013</u>	
Em Controladas	177.749	173.710	-	-	
Outros Investimentos	2.304	2.304	2.430	2.385	
Total	180.053	176.014	2.430	2.385	

a) MOVIMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

S/A Agro Ind. Eldorado Com. RMCA Inc. Eldorado Ferro e Aço Ltda. Planej. Ltda.

	2014	2013	2014	2013	2014	2013
No início do Período	166.331	144.066	4.271	5.672	3.108	2.842
Equivalência Patrimonial	4.491	4.290	(1.653)	(1.401)	674	266
Ajustes de Avaliação Patrimonial	527	17.975	1	1	1	-
No final do Período	171.349	166.331	2.618	4.271	3.782	3.108



b) INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTROLADAS

	S/A Agro Ind. Eldorado	Eldorado Com. de Ferro e Aço Ltda.	RMCA Incorp. Planej. Ltda.
Número Ações/Cotas (000)	6.449.132	6.000.000	36.800
Participação na Controlada	99,98338%	99,7816%	98,00%
Patrimônio Líquido Controlada	171.376	2.624	3.860
Reserva de Reavaliação	4.441	271	-
Resultado no Período	4.492	(1.657)	688

c) OUTROS INVESTIMENTOS

	Controla	dora	Consolidado		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
Participação em Incentivos Fiscais	12	12	50	50	
Ações – Cosipa	2.292	2.292	2.292	2.292	
Outras Participações	-	-	88	43	
Total	2.304	2.304	2.430	2.385	

NOTA 10 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

		Controladora				
Imobilizado	2013	Adições	Baixas	2014	2014	
Edifícios e Construções	22.945	-	-	22.945	28.090	
Terrenos	17.652	-	-	17.652	112.159	
Propriedades Rurais	35.896	1	•	35.896	139.845	
Máquinas e Equipamentos	1.861	443		2.304	4.875	
Instalações Industriais	57	27	(2)	82	9.959	
Móveis e Equips. de Escritório	1.487	41	•	1.528	2.352	
Veículos	1.130	175	•	1.305	2.691	
Reflorestamento	36	1	•	36	1.836	
Construções em Andamento	6.995	3.190	(415)	9.770	15.110	
Tratores	ı	1	•	-	1.697	
Implementos Agrícolas	ı	1	•	-	3.455	
Animais de Trabalho	-	-	-	-	12	
Pastagens	ı	1	•	-	6.550	
Culturas Permanentes – Outras	-	-	-	-	430	
Culturas Permanentes – Cana de Açúcar	-	1	-	-	16.962	
Equipamentos de Informática	-	-	-	-	152	
Benfeitorias em Terras de Terceiros	1	-	-	-	69	
Outros	1	-	-	-	104	
Total do Imobilizado	88.059	3.876	(417)	91.518	346.348	



		Contro	ladora		Consolidado
Depreciações	2013	Adições	Baixas	2014	2014
Edificios e Construções	(11.143)	(723)	,	(11.866)	(14.901)
Propriedades Rurais	-	-		-	-
Máquinas e Equipamentos	(964)	(190)	2	(1.152)	(3.183)
Instalações Industriais	(37)	(7)	1	(43)	(5.823)
Móveis e Equips. de Escritório	(1.316)	(41)	1	(1.357)	(2.048)
Veículos	(523)	(232)	11	(744)	(1.375)
Reflorestamento	-	-	1	-	(550)
Tratores	-	-	-	-	(555)
Implementos Agrícolas	-	-		-	(1.252)
Animais de Trabalho	-	-	-	-	(12)
Pastagens	-	-	1	-	(2.538)
Culturas Permanentes – Outras	-	-	1	-	(347)
Equipamentos de Informática	-	-	,	-	(112)
Benfeitorias em Terras de Terceiros	-	-		-	(54)
Outros	-	-	-	-	(61)
Total das depreciações	(13.983)	(1.193)	14	(15.162)	(32.811)

		Consolidado			
Intangível	2013	Adições	Baixas	2014	2014
Pré-Operacional – Sorocaba	3.059	-	1	3.059	3.059
Projetos	157	-	1	157	157
Software	249	-	1	249	268
Marcas, Direitos e Patentes	-	-	1	1	46
(-) Amortização Pré-operacional	(2.371)	(305)	1	(2.676)	(2.676)
(-) Amortização Software	(240)	(6)	•	(246)	(260)
Total do intangível	854	(311)	-	543	594

Ativo Biológico - Cana-de-Açúcar

A controlada S.A. Agro Industrial Eldorado adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 — Ativos biológicos, atendendo assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A realização futura do ativo biológico tem o seguinte cronograma:

Safra 2015/2016 Safra 2016/2017	3.612 3.220
Safra 2017/2018	2.871
Safra 2018/2019	3.209
Total das lavouras	16.962



Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico, a empresa utilizou o cálculo do valor justo. As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que essas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2014
Produção Estimada (em toneladas)	99.514,06
Qtde. Açúcar Recuperável – ATR	123,0143
Valor kg de Açúcar	0,465
Receita Total	5.693
(-) Impostos Incidentes	(362)
(-) Custos Incidentes	(1.280)
Valorização do canavial	16.962

Riscos inerentes ao ativo biológico: As atividades rurais estão sujeitas a riscos inerentes à própria atividade

Riscos climáticos e outros: As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A empresa tem processos extensivos para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Riscos regulatórios e ambientais: Para mitigar esses riscos a empresa estabelece políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A empresa, em conjunto com parceira, realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas são suficientes para gerir esses riscos.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS – NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro, o saldo deste grupo estava composto dos seguintes valores:

	Contro	oladora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2014</u> <u>2013</u>		<u>2013</u>	
(a) BNDES	40.549	40.197	40.549	40.197	
(b) Banco Sudameris S/A.	215	215	215	215	
(c) Banco Rural S/A.	425	425	425	425	
(d) Banco Bradesco S/A.	-	-	173	345	
Totais	41.189	40.837	41.362	41.182	

a) FINANCIAMENTO BNDES:

O montante encontra-se "sub judice". A Companhia, através de Laudo Pericial, está atualizando seu montante pela TR – Taxa referencial, por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas.

A Instituição Financeira tem como garantia propriedades rurais da companhia (Fazendas Beija-Flor, Beija-Flor II, Beija-Flor III, Olhos D`Água, Olhos D`Água II, Rocinha Dessio



Domingues, Tamanduá e Rocinha III) de propriedade da Aliperti, conforme contratos lavrados em cartório.

Conforme opinião de nossos Assessores Jurídicos, o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES. As chances da Companhia em liquidar a dívida em montantes superiores ao registrado são remotas, inclusive a Companhia já obteve decisão transitado em julgado a seu favor, sobre a redução da dívida, comprovada em Laudo elaborado por pericia contratada em exercícios anteriores, sobre a contestação de valores.

b) FINANCIAMENTO BANCO SUDAMERIS S/A.

A Companhia aguarda decisão da justiça e conforme opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, no entanto, em atendimento ao Principio Contábil da Prudência, a empresa provisionou o valor em exercícios anteriores. Mediante orientação de nossa assessoria jurídica, o montante em questão também não vem sendo atualizado, havendo perspectiva do valor ser abatido do montante a receber do banco, decorrente da ação movida pela nossa Companhia, a qual já obteve ganho de causa em ultima instância (sentença transitado em julgado), com o reconhecimento do montante de R\$ 6.000 mil, reconhecidos no ativo não circulante em ativos contingentes.

c) CONTA GARANTIDA BANCO RURAL S/A.

Saldos devedores Banco Conta Garantida: proveniente de utilização de limites/linhas de crédito automáticas (pré-aprovadas), junto ao Banco Rural.

d) FINANCIAMENTO – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. adquiriu veículos para seu ativo imobilizado através de arrendamento mercantil. Os saldos apresentam-se atualizados até a data do balanço.

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas, em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões de ordem tributárias, trabalhistas, previdenciárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores, referentes jurisprudências nos respectivos tribunais, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso, a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	<u>2014</u> <u>2013</u>		<u>2014</u>	<u>2013</u>	
Processos Trabalhistas	1.635	1.670	1.635	1.670	
Processos Cíveis	550	550	550	550	
ICMS controlada	-	-	3.626	3.626	
Totais	2.185	2.220	5.811	5.846	



Processos de natureza tributária – Esfera Federal:

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e sua controlada S/A Agro Industrial Eldorado, em conjunto, figuravam como parte em 41 (quarenta e um) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal, avaliados pelos assessores jurídicos, referentes aos autos de infração do PIS, COFINS, IPI, IRPJ e previdenciário em R\$ 61.925mil.

Trata-se de débitos inscritos na Receita Federal do Brasil que os assessores jurídicos da Companhia discutem o valor dos débitos inscritos.

A Companhia, no exercício de 2014, aderiu aos parcelamentos do Refis previsto nas Leis 11.941/09 e 12.996/14 e efetuou antecipações por conta destes parcelamentos e estão reconhecidos no ativo não circulante em ativos contingentes, enquanto aguarda a consolidação dos débitos e o valor das prestações a serem definidos pela Receita Federal do Brasil.

• Processos de natureza tributária – Esfera Estadual

A Companhia figurava como parte em 10 (dez) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal na área do ICMS, avaliados pelos assessores jurídicos em R\$ 3.808 mil, em 31 de dezembro de 2014. Em observância ao disposto no CPC 25, o referido montante não foi provisionado, por não ser considerado como risco de perda provável.

A controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., possui, na data do balanço, o valor de R\$ 3.626 mil referente a ICMS a recolher apurados no período de julho de 2004 a abril de 2009, para os quais vem pleiteando judicialmente o seu recolhimento sem a incidência de acréscimos moratórios. A partir do exercício de 2010 a referida empresa passou a compensar os valores apurados de ICMS a recolher, no montante de R\$ 5.107 mil, com Títulos da Dívida Pública Estadual, adquiridos para este fim. No exercício de 2013 foi concluída a fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente aos exercícios de 2011 e 2012, concluindo que não foram encontradas irregularidades referentes a créditos de ICMS efetuados pelo contribuinte, os quais ficam pendentes até a confirmação do processo pela Procuradoria Geral do Estado.

• Processos de natureza tributária – Esfera Municipal

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada S/A Agro Industrial Eldorado figurava como parte em 19 (dezenove) processos judiciais que versam sobre a matéria fiscal na área do ITBI, avaliados pelos assessores jurídicos em R\$ 1.693 mil, em 31 de dezembro de 2014.

• Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 31 (trinta e um) processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade a insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, multa do FGTS referente aos planos Verão e Collor, dentre outros, não existindo processos de valores individualmente relevantes. O montante total discutido entre ações de risco provável e possível é de R\$ 2.694 mil, para o qual foi mantida a provisão já existente (R\$ 1.635 mil), para fazer frente aos processos de perda provável, levando-se em consideração a base de informações dos Assessores Jurídicos, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.



• Processos de natureza cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como partes em 16 (dezesseis) processos judiciais que versam sobre matéria cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável e possível, no montante de R\$ 1.064 mil (R\$ 1.075 mil em 2013), para o qual a Companhia manteve a provisão já existente de R\$ 550 mil, para fazer frente aos processos com risco de perda provável.

Existem outros processos avaliados pelos Assessores Jurídicos como sendo de risco remoto e mensuração sem suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização ou divulgação.

• Outros passivos contingentes

FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES COSIPA:

A Companhia possui ação judicial junto a Cosipa, sobre questionamento de valores liquidados.

A Instituição Financeira tem como garantia as próprias ações COSIPA, alienadas à Aliperti S/A e penhor mercantil;

O Instrumento Particular de Contrato de Repasse de Direitos e Obrigações Decorrentes de Compra e Venda de Ativos com Financiamentos, Constituição de Garantia e Outras Avenças, foi extinto por prescrição.

Baseado nas informações e orientações de nossos assessores jurídicos, a Companhia mantém o saldo histórico da obrigação no balanço não sendo necessário qualquer atualização monetária.

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados.

	Contro	oladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Lucro do Exercício	8.365	7.839	10.921	9.664	
Adições	2.773	1.050	2.773	445	
Exclusões	8.124	7.346	4.612	5.966	
CSLL	237	153	988	715	
IRPJ	640	408	2.434	1.664	

NOTA 14 – RECEITA BRUTA DE VENDAS

A reconciliação entre a receita bruta de vendas e a receita líquida está assim demonstrada:

	Contro	ladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Receita Bruta de Vendas e Serviços	42.592	38.346	83.493	82.832	
Impostos sobre Vendas	(8.978)	(7.558)	(15.050)	(13.853)	
Receita Operacional Líquida	33.614	30.788	68.443	68.979	



NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao disposto no CPC 05, informamos que a Companhia não possui transações comerciais com suas empresas controladas.

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas possuíam aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros e certificados de depósitos bancários, todas com liquidez imediata, cujos montantes atualizados refletem o valor de realização dos mesmos naquelas datas. As modalidades de aplicações contratadas são consideradas conservadoras e de baixo risco, uma vez que a Companhia opera somente com Instituições consideradas de primeira linha.

A Companhia mantém operação com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais de seus negócios e estão expostas a riscos que são inerentes a sua atividade.

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia não possui: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não sendo, portanto, apresentada a Demonstração do Valor Abrangente. Os valores apresentados como outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, são decorrentes da movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e de reservas de reavaliações.

NOTA 18 – COBERTURA DE SEGUROS

			Valor Segurado – R\$ (mil)			
			Control	adora	Conso	lidado
Modalidade	Objeto	Prêmio	2014	2013	2014	2013
Incêndio/empresarial	Imobilizado	12	8.825	17.550	26.912	35.637
Riscos Diversos	Veículos	44	1.150	924	2.457	2.231
Vida em Grupo	Funcionários	12	1.320	1.320	2.758	2.758

NOTA 19 – REMUNERAÇÃO A DIRETORES E CONSELHEIROS

No exercício de 2014, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 709 mil, assim distribuído:

Honorários	R \$ (mil)
Diretoria	479
Conselho Fiscal	-
Conselho da Administração	230